



## Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta segunda-feira

11/05/2009

A seccional gaúcha da OAB vai requerer ao Ministério Público Federal, nesta segunda-feira (11/5), a divulgação das gravações que ligam a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB-RS), ao caixa dois de campanha, segundo os principais jornais de São Paulo. Gravações feitas pelo empresário Lair Ferst, um dos coordenadores de campanha do PSDB, em 2006, foram entregues à Procuradoria. Segundo a revista **Veja**, os áudios mostram que as empresas de fumo Alliance One e CTA-Continental entregaram R\$ 400 mil "por fora", no segundo turno. Yeda nega a existência do caixa dois. Para o presidente da OAB-RS, Cláudio Lamachia, o sigilo da investigação já foi afetado e perdeu o sentido após as acusações feitas pelo PSol, em fevereiro, sobre a existência das gravações.

Os deputados estaduais opositores da governadora iniciaram novas articulações para instalar uma CPI na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Nesse domingo (10/5), dez integrantes da bancada petista se reuniram numa sala reservada do Legislativo para estudar meios de coletar as 19 assinaturas necessárias.

### Moraes vai ao STF

O deputado Sérgio Moraes (PTB-RS) afirmou nesse domingo (10/5) que pedirá Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal para continuar como relator do processo de cassação de seu colega Edmar Moreira (sem partido-MG) no Conselho de Ética da Câmara. Segundo os principais jornais de São Paulo, devido às repercussões negativas das declarações de Moraes, o presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PR-BA), afirmou na última sexta-feira (8/5) que não havia alternativa a não ser destituir Moraes da relatoria. Segundo o jornal **O Globo**, o presidente do Conselho de Ética da Câmara, José Carlos Araujo, está com dificuldades de encontrar um parlamentar que aceite substituir Moraes.

### Dantas X Protógenes

A denúncia contra o delegado Protógenes Queiroz por quebra de sigilo e fraude processual deve ser usada pelo banqueiro Daniel Dantas para tentar esvaziar a Operação Satiagraha, segundo **O Estado de S.Paulo**. Os advogados de Dantas vão juntar cópia da acusação contra Protógenes, feita pela Procuradoria da República, ao recurso que interuseram contra a sentença judicial que condenou o banqueiro a 10 anos de prisão por corrupção ativa. Os defensores também estudam incluir o documento no inquérito principal contra o banqueiro, no qual é investigado por evasão, lavagem de dinheiro, crimes financeiros e empréstimos vedados. Protógenes foi denunciado por divulgar dados secretos da missão, antes da sua execução, e ordenado o corte de trechos de fita com imagens de reuniões em um restaurante entre supostos emissários de Dantas e o delegado Victor Hugo Alves, a quem teria sido oferecido US\$ 1 milhão pelo arquivamento do caso. Clique [aqui](#) para ler mais sobre a denúncia.

### Novo papel para o TCU

O Palácio do Planalto quer redefinir a atuação do Tribunal de Contas da União por estar insatisfeito com os obstáculos criados pelo órgão no andamento de obras. Segundo a **Folha de S.Paulo**, só o Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) teve 13 obras paradas. O primeiro passo de Lula é nomear um novo ministro, com a aposentadoria de Marcos Vilaça, e, depois disso, incentivar empresários e congressistas a abrir um debate sobre o papel do TCU.

### Justiça no campo

Está marcada para esta segunda-feira (11/5), em Brasília, o início do seminário de instalação do Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, segundo **O Estado de S.Paulo**. Sugerida por Gilmar Mendes, presidente do conselho e do Supremo Tribunal Federal, a iniciativa tem o objetivo de estudar e propor medidas destinadas a aperfeiçoar e dar agilidade às ações da Justiça numa área em que a insegurança e os conflitos parecem não ter fim, especialmente na zona rural. O juiz Marcelo Berthe, que trabalha como auxiliar da presidência do CNJ para a instalação do Fórum permanente, afirma que o objetivo central do órgão será "a melhoria do trabalho do Judiciário, para que dê respostas mais rápidas e mais eficazes". Clique [aqui](#) para ler mais.

### Inquéritos contra Lago

Aviões fretados pelo dobro do preço de mercado, uma viagem de São Luís para Brasília e São Paulo que custou R\$ 114 mil e um contrato pelos serviços aéreos do passado feito somente em março são alguns dos motivos que levaram a

Procuradoria-Geral do Maranhão a determinar à Polícia Civil que abra três inquéritos criminais contra o ex-governador Jackson Lago (PDT), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Segundo **O Estado de S. Paulo**, o inquérito deve ser aberto nesta segunda-feira (11/5).

### **Precatórios mineiros**

A seccional mineira da OAB reuniu-se no sábado (9/5) com representantes do governo de Minas Gerais para discutir a regularização dos pagamentos de precatórios devidos pela administração estadual, segundo **O Estado de S. Paulo**. De acordo com a entidade, houve queda de 90% em relação aos valores previstos no orçamento. A proposta da OAB é que o corte nos pagamentos seja limitado a 22%. O governo, que tem dívida de R\$ 3,5 bilhões, estuda a proposta. O valor é devido pelo estado e suas autarquias a servidores ativos, inativos, pensionistas e fornecedores em ações perdidas na Justiça. No ano passado, foram pagos R\$ 330 milhões.

### **Prefeita cassada**

A Procuradoria-Geral Eleitoral recomendou ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação da prefeita de Mossoró (RN), Maria de Fátima Rosado Nogueira (DEM), e de sua vice, por uso da máquina pública nas eleições do ano passado. Segundo os jornais **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**, elas teriam participado de inauguração de obra pública em período vetado – a legislação eleitoral não permite que candidatos façam inaugurações nos três meses anteriores ao dia da votação.

### **Quadro eleitoral**

Segundo **O Globo**, dirigentes nacionais do PT e do PMDB começam a discutir esta semana o quadro eleitoral nos estados, na tentativa de fazer cumprir a decisão do diretor nacional do PT de brechar candidaturas do partido que possam dificultar a aliança nacional com os peemedebistas em torno da candidatura de Dilma Rousseff (Casa Civil) à Presidência.

### **Destino das obras**

O Superior Tribunal de Justiça decide o destino das obras de arte apreendidas pelo ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira na próxima quarta-feira (13/5), informa o colunista do jornal **O Globo**, **Ancelmo Gois**. O juiz Fausto Martin De Sanctis defende que as obras fiquem em museus públicos.

### **Em conta corrente**

Uma perícia da Polícia Federal revela a ousadia do esquema da terceirização de mão de obra em Brasília. Segundo o **Correio Braziliense**, um servidor Agência Brasileira de Inteligência recebeu R\$ 188 mil, distribuídos em 99 depósitos, da Conservo, empresa do ramo de terceirização, na própria conta numa agência do Banco do Brasil. Foram transferidos mensalmente para a conta dele valores entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil num período de dois anos. Em troca deste “salário”, o funcionário do órgão teria facilitado a vida da empresa em licitações dentro da Abin.

O Ministério Público Federal acusa, desde 2006, o servidor Geraldo Luiz Ferreira dos Santos de receber vantagem indevida para fraudar concorrências a favor da Conservo. Não se sabia, no entanto, como e quanto ele teria recebido. O mistério sobre essa “vantagem” começa a ser desvendado agora em 2009. O advogado do servidor contestou o resultado da perícia da PF na conta bancária do seu cliente antes mesmo de analisar o documento, mas foi inserida no processo a autorização para que a defesa de Geraldo tenha acesso ao laudo policial.

### **Reforma verde**

A chamada reforma tributária ambiental começa a ser discutida no Brasil, segundo o jornal **Valor Econômico**. Este mês foi apresentada na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição 353, que propõe alterações no sistema tributário nacional para inserir a conduta de respeito ao meio ambiente como princípio geral a ser observado na fixação das alíquotas dos impostos, repasse do ICMS, além de imunidades tributárias em favor de bens e serviços que colaborem com políticas ambientais, como o saneamento ambiental e a reciclagem. Apesar do reconhecimento do mérito da iniciativa, a PEC, de autoria do deputado Roberto Rocha (PSDB-MA), é polêmica, pois especialistas temem abusos na fixação das alíquotas dos tributos em função dos novos critérios.

### **Mudança no ISS**

Apenas os tomadores de alguns serviços específicos de empresas enquadradas no Supersimples estão obrigados, desde o início deste ano, a recolher antecipadamente o Imposto Sobre Serviço (ISS), segundo o **Valor Econômico**. Essa regra, estipulada pela Lei Complementar 128, de dezembro passado, acabou por corrigir distorções em relação ao tema, segundo o consultor Douglas Rogério Campanini, da ASPR Consultoria. Isso porque até então a Lei Complementar 123 estabelecia que cada município poderia estabelecer quais os setores que poderão sofrer essa retenção e as alíquotas aplicadas. "Agora, com a nova lei, a retenção de ISS pelos tomadores de serviço ficou restrita a determinados setores e as alíquotas também foram uniformizadas ao obedecer a tabela do Supersimples e não mais serão estabelecidas pelos municípios", afirma. A mudança está prevista no parágrafo 6 do artigo 2 da LC 128. O setores afetados com o



recolhimento antecipado do tributo, porém, podem ser conferidos no inciso 2 do parágrafo segundo do artigo 6 da Lei Complementar 116.

### **Erro na estratégia**

Segundo pesquisa divulgada pelo **Jornal do Commercio**, a maior parte dos advogados acredita que a boa capacidade técnica é a chave para o sucesso, mas a pesquisa demonstrou que os profissionais precisam reunir outras qualificações. A principal delas é a liderança. A informação é de Marcelo Barboza, presidente da Pragmática, que ouviu 200 bancas e mais de 400 advogados, em pesquisa que concluiu que muitos advogados erram por não saberem administrar os escritórios.

### **Sem licitação**

O Tribunal de Contas da União condenou ex-dirigentes do Ibama a devolverem ao Tesouro Nacional a quantia de R\$ 77,5 mil. Segundo os jornais **Gazeta Mercantil** e **DCI**, o valor se refere a pagamento irregular ocorrido da taxa de administração ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para contratar serviços de consultoria sem licitação.

### **Reclamações trabalhistas**

A AmBev e Brasil Telecom foram condenadas pelo Tribunal Superior do Trabalho por má conduta com o quadro de funcionários, segundo o jornal **DCI**. A primeira, sob a acusação de assédio moral como forma de aumento de produtividade. A segunda, por implantar um Plano de Demissão Voluntário (PDV) discriminatório.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2009-mai-11/noticias-justica-direito-jornais-segunda-feira-246/>